

Despacho Judicial

Processo n.º 2023/04567 – Ação Civil e Penal por Abuso de Menores na Associação Casa da Juventude

Autor/Requerente: João Silva, menor, representado por Maria Silva (mãe)

Réu/Requerido: Associação Casa da Juventude, Lda., e Carlos Mendes (ex-diretor)

Mandatários: Dr. Luís Costa (OA 12345) e Dra. Sofia Almeida (OA 67890)

Juiz: Dr. António Ribeiro – Vara de Família e Menores de Lisboa

Lisboa, 22 de fevereiro de 2026

Vistos

1. O requerimento apresentado pelos mandatários do autor, Dr. Luís Costa e Dra. Sofia Almeida, sob o número de ordem 2023/04567-A, onde se solicita a **extração e entrega dos registos digitais** (e-mails, registos de acesso a sistemas informáticos, gravações de CCTV, bases de dados de inscrições e de acompanhamento de menores) da **Associação Casa da Juventude, Lda.**, referentes ao período de **1 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2020**.
2. O pedido tem por fundamento a necessidade de produção de provas periciais que permitam a verificação dos factos alegados de abuso sexual continuado de menores e da falha na obrigação legal de vigilância e proteção, nos termos do art.º 71.º do Código de Processo Civil e do art.º 5.º do Código de Processo Penal.
3. O Ministério Público, representado pelo Procurador-Adjunto João Fernandes, apresentou parecer favorável à concessão do acesso, salientando a relevância dos documentos para a instrução da ação e a inexistência de risco imediato à segurança dos dados pessoais que justifique a sua retenção.
4. A requerida, Associação Casa da Juventude, Lda., foi notificada da presente decisão e manifestou a disponibilidade para colaborar, porém solicitou que a entrega seja efetuada de forma segura e que seja garantido o sigilo dos dados sensíveis.

Considerando

- Que a Constituição da República Portuguesa, no seu art.º 26.º, garante o direito à proteção da vida privada e dos dados pessoais, mas admite a sua limitação quando imprescindível para a descoberta da verdade e para a proteção de menores.
- Que o art.º 20.º do Código de Processo Civil permite a prática de atos de produção de prova que impliquem a entrega de documentos eletrónicos, devendo ser fixado prazo razoável para a sua execução.
- Que, nos termos do **Regime Geral de Proteção de Dados (RGPD)** e da Lei n.º 58/2019, a transferência de dados deverá obedecer a meios seguros, nomeadamente mediante encriptação e assinatura digital.
- Que a urgência do caso, reconhecida nas decisões interlocutórias anteriores (Despacho de 12 de janeiro de 2026 – tutela de urgência), justifica a fixação de prazo célere para a entrega dos registos.

Decide

1. **Autoriza** a extração e entrega dos registos digitais da Associação Casa da Juventude, Lda., referentes ao período de **1 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2020**, conforme especificado no requerimento de 15 de fevereiro de 2026.
2. **Prazo:** A requerida deverá disponibilizar os referidos documentos no prazo de **trinta (30) dias** a contar da notificação deste despacho, ou seja, até **23 de março de 2026**.
3. **Forma de entrega:**

- Os ficheiros deverão ser entregues em formato **PDF/A** (para documentos textuais) e **MP4** (para gravações de vídeo), devidamente **assinados digitalmente** com certificado qualificado da Associação Casa da Juventude, Lda.
 - O envio será efetuado através de **correio eletrónico certificado (e-mail com assinatura digital)** para o endereço: **dr.luis.costa@advocacia.pt** e **dra.sofia.almeida@advocacia.pt**, com cópia ao Ministério Público (procuradoria@mp.pt).
 - Os dados deverão ser encriptados com algoritmo **AES-256**, sendo a chave de descriptação transmitida por via separada (telefone certificado).
4. **Fiscalização da entrega:** O perito judicial, Dr.^a Ana Ribeiro (OA 11223), será nomeada para validar a integridade e a autenticidade dos documentos entregues, devendo apresentar relatório ao tribunal no prazo de quinze (15) dias após a receção dos mesmos.
 5. **Custas:** As despesas inerentes à extração, encriptação e transmissão dos registos digitais serão suportadas pela requerida, nos termos do art.º 81.º do CPC, devendo ser apresentadas ao tribunal, juntamente com a fatura, até ao final do prazo acima indicado.
 6. **Comunicação:** Intime-se a parte requerida, o Ministério Público e os mandatários do autor, bem como o perito nomeado, para que cumpram as determinações aqui fixadas.
 7. **Advertência:** O incumprimento injustificado do prazo estabelecido implicará a imposição de coimas coercitivas, nos termos do art.º 98.º do CPC, e poderá ser considerado como prática de crime de desobediência, nos termos do Código Penal.

Notifique e cumpra

- **Notifique** a Associação Casa da Juventude, Lda., sede em Rua da Juventude, n.º 45, 1200-345 Lisboa, NIF 508 123 456, e o seu ex-diretor Carlos Mendes, residente em Avenida da Liberdade, n.º 123, 2.º Dto, 1250-147 Lisboa, NIF 221 334 556.
- **Cumpra** as instruções acima descritas, sob pena das sanções previstas.

Assinado digitalmente

Dr. António Ribeiro

Juiz da Vara de Família e Menores de Lisboa

Documento emitido eletronicamente em conformidade com a Lei n.º 12/2019, de 8 de agosto, que regula a assinatura eletrónica de documentos judiciais.